



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nilto Tatto - PT/SP

Apresentação: 23/03/2021 17:54 - CCTCI

REQ n.27/2021

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO N° DE 2021

**(Nilto Tatto,
Merlong Solano, Vander Loubet, Beto Faro, Léo de Brito, e Patrus
Ananias,)**

Requer realização de audiência pública para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.

Sr. Presidente,

Requeiro nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts 255 e 256, a realização de reunião de Audiência Pública no âmbito desta Comissão Permanente para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Rede Irerê de Proteção à Ciência – Ricardo Neder - coordenador
- Associação Brasileira em Saúde Coletiva – Abrasco – Presidente Gulnar Azevedo e Silva
- Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) - Presidente – Henrique Marques Ribeiro da Silva

Documento eletrônico assinado por Nilto Tatto (PT/SP), através do ponto SDR_56382, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* c d 2 1 3 0 3 7 4 0 3 2 0 0 *

- Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) – Presidente Jacques de Novion
- Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea-Sindical) – Presidente José Celso Pereira Cardoso Júnior
- Ricardo Galvão – ex- Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),

JUSTIFICAÇÃO

Relatório internacional mostra perseguição do governo Bolsonaro a professores e pesquisadores

Ataques e ameaças de violência contra pesquisadores relacionados ao tema que estudam, abertura de processos disciplinares contra professores que incomodam o comando de suas universidades, ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados, discursos do presidente da República e ministros que deslegitimam a atividade acadêmica e até instigação de apoiadores a denunciar professores.

Essa é a situação de destruição da atividade acadêmica e de pesquisa que acontece no Brasil com o governo Bolsonaro, segundo relatório publicado na Alemanha, sobre a liberdade acadêmica de pesquisa e ensino no Brasil

O relatório foi elaborado por um grupo de pesquisadores brasileiros e publicado neste mês pelo instituto GPPi (Global Public Policy Institute), baseado em Berlim. A informação foi publicada pela DW Brasil.

Segundo o [relatório](#), a corrosão da liberdade acadêmica começou a acelerar na última campanha eleitoral, palco para o então candidato Jair Bolsonaro disseminar uma retórica agressiva contra as universidades, que segundo o hoje presidente seriam focos de “doutrinação esquerdista”.

Em setembro de 2018, no auge da campanha, Débora Diniz, antropóloga e professora de direito da Universidade de Brasília, se viu obrigada a deixar o país após meses sofrendo ataques por sua pesquisa e defesa da descriminalização do aborto. Nos meses seguintes à eleição, diversas instituições de ensino superior seguiram recebendo ameaças anônimas de



ataques, acompanhadas de mensagens de ódio a mulheres, negros ou homossexuais.

Em outubro de 2020 foi lançada a **Rede Irerê de Proteção à Ciência** que marca um novo momento de fortalecimento e defesa do conhecimento crítico.

Fruto de um processo de amadurecimento e discussão promovido por pesquisadores dos campos da saúde coletiva, ambiente e agroecologia, a Rede Irerê tem como objetivo desvelar e caracterizar a perseguição à ciência e cientistas cujo os trabalhos envolvem diagnósticos de nocividades, situação de saúde, desenvolvimento tecnológico, políticas públicas, entre outros aspectos, entendendo o fenômeno em sua amplitude, se propõem a tecer redes de apoio jurídico, social, afetivo e econômico nas situações necessárias.

Entidades e organizações como Abrasco, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ABRASTT), Frente Amplia em Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras, ASFOC-SN, ONG Terra De Direitos, Rede de Médicas e Médicos Populares, MST, Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos, Movimento Ciência Cidadã.

No dia 13 de março a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional) manifesta novamente sua preocupação com a nova norma interna do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. A Portaria n. 151/2021, publicada no Diário Oficial da União no dia de hoje (12.3.2021) estabelece a censura à produção científica nacional.

A norma determina que, a partir de 1º de abril, a publicação de manuscritos, textos e compilados científicos produzidos no âmbito e para o ICMBio em periódicos, edições especializadas, anais de eventos e afins devem ser previamente submetida ao Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade, que autorizará ou não a sua publicação.

Além disso, delega à Divisão de Comunicação Social – DCOM a atribuição de adotar as providências para promover a divulgação para o público interno e externo do ICMBio, de acordo com sua avaliação quanto à pertinência e com o prévio conhecimento da Presidência do Instituto.

A situação de repete no Ipea: O **Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea-Sindical)** divulgou hoje uma Nota Pública. Servidores e servidoras do Ipea foram surpreendidos nesta 6ª feira, dia 05 de março de 2021, com um Ofício Circular interno (01/2021) que busca



“disciplinar” a divulgação externa da produção técnica (composta basicamente por estudos e pesquisas aplicadas), por parte de seus pesquisadores e colaboradores. Diz o Ofício que “estudos e pesquisas são direito patrimonial do Ipea, a quem cabe definir o momento e a forma de divulgação”. Em anexo ao Ofício, foi encaminhado, por e-mail assinado pelo próprio Presidente do Ipea e dirigido individualmente a cada funcionário, o Manual de Conduta do Agente Público, para reforçar a mensagem de que a inobservância do acima mencionado poderia caracterizar “descumprimento de dever ético e, eventualmente, até infração disciplinar”.

Em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de março 2021.

Nilto Tatto

Deputado Federal PT/SP

Merlong Solano

Deputado Federal PT/PI

Vander Loubet

Deputado Federal PT/MS

Beto Faro

Deputado Federal PT/PA

Leo de Brito

Deputado Federal PT/AC

Patrus Ananias

Deputado Federal PT/MG

Documento eletrônico assinado por Nilto Tatto (PT/SP), através do ponto SDR_56382, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C 0 3 2 0 0 3 7 4 0 3 2 1 3 0 *



Requerimento (Do Sr. Nilto Tatto)

Requer realização de audiência pública para debater os processos de perseguições a produção científica de professores, pesquisadores e cientistas.

Assinaram eletronicamente o documento CD213037403200, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 2 Dep. Merlong Solano (PT/PI)
- 3 Dep. Vander Loubet (PT/MS)
- 4 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 5 Dep. Leo de Brito (PT/AC)
- 6 Dep. Beto Faro (PT/PA)
- 7 Dep. Rui Falcão (PT/SP)